



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA - UNILAB**

**INSTITUTO DE HUMANIDADES - IH
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

PANSAU QUIMINQUE

**ECOSSISTEMA GUINEENSE FACE AO DESAFIO DA MODERNIDADE:
UM CONTRAPONTO DOS SABERES DAS TABANCAS NAS ZONAS RESERVADAS
DAS LAGOAS DE CUFADA À LÓGICA CAPITALISTA**

REDENÇÃO

2024

PANSAU QUIMINQUE

**ECOSSISTEMA GUINEENSE FACE AO DESAFIO DA MODERNIDADE:
UM CONTRAPONTO DOS SABERES DAS TABANCAS NAS ZONAS RESERVADAS
DAS LAGOAS DE CUFADA À LÓGICA CAPITALISTA**

Artigo apresentado como requisito para obtenção do título de bacharel em Humanidades na Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira UNILAB Campus de Ceará.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Gisele Gallicchio

REDENÇÃO

2024

**ECOSSISTEMA GUINEENSE FACE AO DESAFIO DA MODERNIDADE:
UM CONTRAPONTO DOS SABERES DAS TABANCAS NAS ZONAS RESERVADAS
DAS LAGOAS DE CUFADA À LÓGICA CAPITALISTA**

Artigo apresentado como requisito para obtenção do título de bacharel em Humanidades na Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira UNILAB Campus de Ceará.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Francisco Harley de Oliveira Almeida

Prof^ª. Dr^ª Gisele Gallicchio

UNILAB

Prof^ª. Dr^ª. Michelle Cirne Ilges

UNILAB

REDENÇÃO

2024

Ecossistema guineense face ao desafio da modernidade: um contraponto dos saberes das tabancas nas zonas reservadas das lagoas de Cufada à lógica capitalista

RESUMO

O presente artigo visa apresentar o contraste entre os saberes das tabancas e a lógica capitalista na Guiné-Bissau, especialmente nas zonas reservadas das Lagoas de Cufada. A pesquisa é desenvolvida numa perspectiva cartográfica com propósito de romper com a subjetividade capitalista. O trabalho apresenta a crescente devastação ambiental no país e a desarticulação do modo de vida das tabancas. A crítica ao padrão dominante configurado pelo desenvolvimento sustentável é contribuição fundamental da nossa pesquisa que apresenta as vozes singulares silenciadas pelos projetos e pelas ações governamentais ao eliminarem os nossos ancestrais (caso da infraestruturação das zonas do Parque Natural das Lagoas de Cufada), provocando as migrações internas e a monocultura de produção de castanha de caju. Assim, as singularidades compostas, especialmente, pelos saberes das tabancas, danças tradicionais, cânticos e educação indígenas devem ser usadas para enfrentar as estruturas capitalistas.

Palavras-chave: Tabancas. Modernidade. Resistência. Resiliência.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, discute-se muito sobre as mudanças das ações humanas implementadas desde o início da modernidade até os dias atuais, as ações dirigidas a eliminar as vidas não-humanas e adaptação à cultura logocêntrica em nome da civilização das sociedades consideradas tradicionais. A exaltação do Homem, através da desvinculação da natureza implica o projeto moderno de modo geral, assim como investe no desligamento da sua ancestralidade¹. Historicamente, verifica-se que este processo civilizatório antropocêntrico

¹ Ancestralidade amparada no pensamento e modo de vida indígena tem sido assunto de debate e interesse de muitos intelectuais, sendo pesquisada por um dos integrantes da banca examinadora deste trabalho de conclusão de curso, o Me. Francisco Harley de Oliveira Almeida na sua dissertação intitulada *Devir fílmico e farinha uma constelação ancestralizada*. Disponível em https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/77004/5/2024_dis_fhoalmeida.pdf. Acesso em 05 mar 2024.

racional-capitalista, tecnocêntrico chamado de modernidade² torna-se algo ameaçador à própria humanidade.

A modernidade silenciou e continua a silenciar as diferentes maneiras de viver. Os saberes originários são inferiorizados e diabolizados como os das tabancas. Chamaremos de saberes das tabancas aqueles que escapam dos critérios de cientificidade. Para Foucault (1979, p. 170) trata-se de “um saber diferencial incapaz de unanimidade e que só deve sua força à dimensão que o opõe a todos aqueles que o circundam - que realizou a crítica”.

As tabancas na Guiné-Bissau são aldeias, as comunidades afastadas das cidades constituídas por vidas heterogeneas. O modo de vida nestas comunidades é coletivo, diferencial e afetivo sustentado nos saberes singulares ou originários. As tabancas são as comunidades com papel fundamental na preservação cultural e ancestral, incluindo os ecossistemas guineenses, enquanto vítimas dos projetos de modernidade. Por isso, a nossa pesquisa é destinada a denunciar os ataques promovidos pela civilização ocidental ao modo de vida ancestral e à neutralização da relação de afetividade.

A relação de afetividade, apresentada por Krenak (2022) visa eliminar a linha divisora entre sujeito e o objeto, humano e não humano, forte e fraco, superior e inferior. Portanto, são relações que reconhecem outras existências, estabelecendo um vínculo de parentes (rios, florestas, montanhas e outras). Neste sentido, a afetividade e a ancestralidade se aproximam. Tais relações passam a ser substituídas pela concorrência, exploração humana e tudo que se encontra no ambiente, colocando em causa o futuro ancestral e as gerações vindouras.

Surgida no ocidente e levada a toda a parte do mundo, a modernidade caracteriza uma forma de dominação, exploração das pessoas e do ambiente. Ela vem mascarada da missão europeia de civilizar o resto do mundo para ajustá-lo ao progresso social e ao desenvolvimento técnico-científico da humanidade. Assim, o referido modelo passa a ser imposto como a única inspiração de todos, obrigando à adaptação e abdicção das antigas culturas. Apesar desta missão ter dominada a maioria das antigas culturas da América Latina e da África, enquanto culturas consideradas “tradicionais”, importa realçar que é um processo que enfrentou e continua a enfrentar a resistência das mesmas, criando um contraponto entre prós e contra a modernidade. Estas formas de adaptação modificaram-se consoante às novas exigências e explorações do capitalismo. Passetti (2017) traz a noção de resiliência como atual estratégia capitalista que neutraliza as resistências apoiada pelos simpatizantes e

² A modernidade é definida por Jean Baudrillard (1982) como modo de civilização que se autoconsidera referência em nível mundial, elimina outras culturas para se tornar homogénea. Nas sessões subsequentes pode-se ler as discussões detalhadas da referida civilização.

beneficiários da modernidade chamada de neoliberalismo. Já a resistência envolve a manutenção da singularidade defendida por pessoas contra esta dominação e exploração imperialista.

Quando falamos da dominação das culturas africanas pela modernidade, estamos a referir duma forma geral a todos os países deste continente sem exceção. Portanto, a Guiné-Bissau é participante desta realidade, fato que coloca em risco as singularidades e as culturas ancestrais através da separação do homem guineense da natureza, a luta constante em transformar as florestas, os mares, os rios, as lagoas em propriedades privadas. Tal modo de atuação é destacado por Passetti (2017) como ações de redimensionamento do *homo economicus*³ e de multiplicação do discurso capitalista baseado no progresso, no desenvolvimento sustentável e na ecopolítica.

A adaptação a esta ideia capitalista vem ameaçando o futuro das culturas locais, tornando-as cada vez menos resistentes. Nela, está incluída a preservação dos ecossistemas guineenses, caso das zonas reservadas do Parque Natural das Lagoas de Cufada (PNLC), enquanto ancestral fundamental tanto para as vidas das tabancas, quanto das zonas urbanas.

As lagoas de Cufada são consideradas um lugar de extrema relevância para o país e toda África ocidental por ser um dos lugares de maior acumulação da água doce na sub-região, além de concentrar diferentes tipos dos seres vivos, sendo o que lhe atribui o estatuto do sítio RAMSSAR⁴. Nos últimos tempos, têm sido alvo da modernização, através dos projetos da construção do porto das águas profundas do rio Buba, da construção de termoelétrica e demais projetos de sustentabilidade. Estas ações resultam no deslocamento de diferentes espécies de animais que ali viviam, na destruição da própria vida das Lagoas e na desarticulação das comunidades locais.

As ameaças, que se fazem sentir nesta localidade, são semelhantes àquelas que se vivem na aldeia Krenak⁵.

³ Utilidade, racionalidade e bem-estar são noções que sustentam a lógica capitalista voltada para maior rendimento. A economia, para Foucault, não se restringe às operações monetárias, mas envolve a organização da vida das sociedades modernas e disciplinares através da distribuição de espaço e tempo em todas as esferas da vida cotidiana, garantindo corpos dóceis úteis e fabris. Passetti (2017) utiliza a expressão *homo economicus* indicando a intensificação desta concepção na reconfiguração do capitalismo neoliberal: “O *homo economicus* assumiu em seu interior as suas feições empreendedoras como capital humano. O trabalho deixou de ser apenas parte da mecânica como força de trabalho e foi configurado como produtor de renda, tanto material, pelo salário, como psíquica, resultante da boa educação familiar repercutindo no sucesso do empreendedorismo dos filhos”.

⁴ O Parque Natural das Lagoas de Cufada é atribuído o estatuto de sítio RAMSAR por ser a zona úmida de importância internacional, sendo reconhecido na convenção da cidade Iraniana Ramsar realizada em 1991.

⁵ Aldeia Krenak é a terra indígena onde viu nascer o autor Ailton Krenak. Ela fica situada no estado de Minas Gerais ao pé do Rio Watu, conhecido pelos brancos como Rio Doce. Nos últimos tempos, esta localidade tem sido objeto de exploração capitalista, sobretudo a extração de minérios. Este rio sofreu o maior desastre

O corpo de rio Watu chamado pelo capitalismo de Rio Doce está fraturado, sangrando e encontra-se no estado de coma, por ser espaço de apropriação para fornecer energias elétricas e de exploração mineira para sustentar os projetos capitalistas (KRENAK, 2022, p. 13).

A situação das comunidades tradicionais brasileiras indicam a extensão dos problemas e riscos nos projetos de exploração justificados pelo desenvolvimento econômico em Guiné-Bissau.

Assim, não obstante a resistência dos poderes⁶ ancestrais, que não se separam dos saberes das tabancas para estancar este fenômeno ameaçador das vidas que envolvem a preservação do ambiente, especialmente das Lagoas de Cufada, ainda se faz notar as apropriações abusivas desta zona em nome do progresso e sustentabilidade. Esta situação requer a implementação das ações de apoio às resistências locais.

Contudo, reconhecer os avanços de algumas sociedades no debate e apoio à resistência do modo de vida tradicional face às ameaças da modernidade, como o caso do Brasil, leva à percepção de que este assunto é pouco debatido nas academias guineenses. Tal fato, reforça não só o silenciamento dos saberes das tabancas, como também a exploração capitalista do ambiente incluindo as zonas reservadas.

Entretanto, percebendo a gravidade da situação e a necessidade de envolvimento de qualquer guineense nesta luta ecológica, urge trazer as singularidades para além do paradigma capitalista com as suas sujeições. Tal necessidade constitui a base do nosso trabalho, cujas contribuições não se limitam ao campo acadêmico, mas também buscam apoiar as resistências locais, corroborando na divulgação das vozes silenciadas pelos governos e reforçando a atenção sobre os riscos dos ancestrais guineenses.

A inspiração desta ideia vem na sequência da recordação de como era a minha vida na tabanca: a relação com os rios, com a ilha e com as matas da minha tabanca (Concolin/Bissorã), enquanto pastorava as vacas. Uma vida que contrasta, atualmente, com o tipo de relações das pessoas com tais espaços, incluindo os lugares reservados.

Em termos gerais, é uma pesquisa que visa expor os contrapontos dos saberes das tabancas face à modernização da Guiné-Bissau, especialmente, nas zonas reservadas do Parque Natural das Lagoas de Cufada, sugerir a garantia da singularidade dos povos locais

ambiental do Brasil com o rompimento barragem da mineradora Samarco/Vale/BHP Bilinton, em 2015, atingindo com rejeitos tóxicos e lama 663 km dos rios da região até chegar à foz, onde adentrou 80 km² no mar. Comunidades de indígenas, pescadores, ribeirinhos, agricultores e moradores de cidades ao longo dos rios foram afetadas tanto pela falta de água potável, quanto pela destruição da fauna e flora ligadas aos rios. Krenak observa que tal fato deixa o Rio Watu fraturado a ponto de querer deslocar-se para outro lado.

⁶ Para Foucault (1979), o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas acima de tudo uma relação de força. Os poderes ancestrais percorrem as relações microfísicas, se exercem em rede no cotidiano das tabancas e resistem à verticalidade de poder jurídico-político baseado na representação.

frente à subjetividade capitalística⁷ que cria necessidades de consumo e dependência a fim de desarticular os modos de vida das tabancas.

A concretização deste objetivo é sustentada no método de registro baseado no diálogo entre autores e conceitos, e na vizinhança entre cartografia e etnografia⁸, destacando às obras que abordam as resistências indígenas do Brasil face às ameaças de ocupação das suas terras, principalmente, Ailton Krenak e João Paulo Tukano. A articulação das ideias destes autores com os nossos resultados da pesquisa é baseada na filosofia da diferença, fazendo uso da cartografia, enquanto perspectiva de análise que contesta os modelos interpretativos padronizados pela ciência.

O modelo científico é transcendente. Ele fixa abstração que funciona como medida, como constante para comparar e acomodar as coisas nos modelos. A cartografia é imanente, não faz uso de modelo, visto que assinala as relações e os movimentos presentes no exercício de cada caso analisado. Ela realiza um revezamento teoria-prática, capaz de marcar a singularidade que a ciência ignora.

Deleuze e Guattari (1995, pp 11-37) apresentam uma filosofia que refuta o modelo arborescente da ciência (a árvore dos tecnocratas), defendendo a simbiose e a aliança como a base da diferença. A referida filosofia recusa a existência de binariedade, bem como a oposição homem-natureza, natureza-indústria. Ela propõe os devires, as singularidades; as hecceidades e rizomas. Em outras palavras, só existe a natureza (natureza maquínica) conectada por cortes e fluxos que constituem relações, forças e corpos.

A cartografia não é um modelo e muito menos repousa na universalidade, na unidade de medida. Ela se baseia na marcação das relações de vizinhança, considerando cada caso de maneira específica sem padrões e hierarquias. Com isso, propõe as singularidades que não se ajustam a cânones explicativos, generalizações e abstrações. Ela é inseparável da realidade, a qual é analisada através da linha transversal que percorre os territórios e os agenciamentos para demarcar as forças, os poderes, os jogos dos interesses, as relações de rupturas e capturas promovidas pelo investimento capitalista com suas estratégias de produção de mais-valia econômica e de mais-valia de poder. Portanto, trata das dimensões políticas, econômicas e sociais associadas às sujeições promovidas pela subjetividade capitalística. A cartografia

⁷ Conceito é proposto por Guattari e Deleuze que analisam os processos de subjetivação como modos de sujeição aderidos nas relações cotidianas que reproduzem a lógica do sistema econômico nas dimensões microfísicas do poder.

⁸ As entrevistas de cunho etnográfico foram realizadas entre 12 e 13 de agosto de 2023 com anciões, jovens e administradores do setor de Buba, integrantes do Instituto de Biodiversidade e Áreas Protegidas e Funcionários do PNLC, no total de 12 entrevistados. As entrevistas foram conduzidas nas duas línguas (crioulo e balanta). Diferentemente do método etnográfico, os entrevistados não serão identificados. Esta escolha tem intenção de preservá-los. Entretanto, isto não invalida as forças de resistências dos seus discursos e práticas.

mapeia movimentos que enfrentam e/ou que se adaptam ao capitalismo, indicando suas mutações e seus efeitos, tanto em escala microsocial, quanto em escala planetária. Ela constrói uma análise em que teoria e prática não se separam, só funcionam juntas e sempre em diálogo para pensar a realidade vivida. Assim, é possível afirmar que o pensamento ancestral se aproxima da cartografia acerca do modo de analisar as coisas e suas relações.

2 MODERNIDADE, MODERNIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE EM GUINÉ-BISSAU

A modernidade está ligada à ideia do progresso. Ela iniciou no século XVI na Europa, através das mudanças técnicas, científicas, políticas, mudanças de jogos de signos, de costumes e de cultura que proporcionaram alterações da estrutura no nível de ritual e hábitos sociais, espalhando-se para o resto do mundo através dos navegadores europeus e da expansão da religião católica (BAUDRILLARD, 1982).

A modernização do resto do mundo é uma ação de silenciamento das culturas diferentes promovida pelo conhecimento científico e racionalismo que separam o homem da natureza. Caracterizada por Baudrillard (1982), Gallicchio (2012) destaca que a modernidade se baseia na representação, sustentada pelo sujeito e pela razão, estipulando os critérios e princípios de conhecimento e de determinação da verdade, a certeza assegurada pela ciência, a fé no progresso e no bem-estar social, a produtividade e a humanidade dirigidas à missão civilizatória. Este modo de civilização “produz mais impactos nos países com fortes culturas tradicionais” (BAUDRILLARD, 1982, p. 2).

Na visão do Krenak (2019, p. 12), “a civilização europeia é absurda, pois suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos, oferecendo o mesmo cardápio, o mesmo figurino e, se possível, a mesma língua para todo mundo”.

A modernização da África, inclusive da Guiné-Bissau, pode ser resumida naquilo que Baudrillard (1982) considera de oposição a todas as culturas anteriores, impondo-se como uma, homogênea, e especifica-se em todos os domínios: Estado moderno, técnica moderna, arte moderna, costumes e idéias modernas, configurando-se uma espécie de categoria geral ou imperativo cultural.

A Modernidade fundamenta projetos e programas de modernização e industrialização dos países “em desenvolvimento”.

A missão europeia de civilizar o mundo chegou a Guiné-Bissau através dos “portugueses nos anos 1445 e 1447 (Sec. XV), sendo encabeçada por capitão Nuno Tristão, posteriormente morto num ataque preparado pelos grupos étnicos locais no rio Geba

Benzinho e Rosa (2015, apud SECA, 2020, p. 17). A presença significativa dos portugueses no território guineense iniciou em 1588 (Séc. XVI) na região de Cacheu, conhecida pelo seu porto de águas fundas, ideais para o transporte marítimo de ouro, marfim, especiarias e de escravizados (Ibidem).

As então fronteiras da Guiné-Bissau foram delineadas pelos portugueses e franceses, definindo sua área total em 36.125km². Um país localizado abaixo da linha do Equador com a altitude média de apenas 70 metros acima do nível do mar, tendo apenas maior elevação nas Colinas do Boé com 262 metros acima do nível do mar⁹. Segundo Instituto de Biodiversidade e Áreas Protegidas (IBAP, 2019)¹⁰, a Guiné-Bissau é classificada como o segundo país mais vulnerável no mundo acerca da elevação do nível do mar devido à sua localização.

A modernidade supõe um amplo modelo civilizatório ocidentalizante, a modernização traz a ideia de industrialização e de ajustes às novas demandas do capital para garantir sua ampliação. Na conjuntura atual, a modernização do país vem acompanhada de resiliência ao sistema econômico global, que determina a implementação dos projetos de sustentabilidade e “independência financeira”, tornando mais aguda a vulnerabilidade da Guiné-Bissau. Esta situação requer maior preservação das florestas do país.

A produção da riqueza sustentável em ambientes resilientes, através de empreendimentos como forma de criar a independência financeira, resultou no aquilo que Passetti (2017), considera de “redimensionamento do *Homo economicus*”. Na perspectiva de Krenak (2022), a sustentabilidade elimina os laços de parentescos. A sustentabilidade, baseada na exploração na destruição fomentadas pelo desenvolvimento técnico-científico, investe no individualismo, na racionalidade, na adesão ao mercado, na representação jurídico-política e cultural como forma de subjugação, visto que garante a inserção dos povos ancestrais aos padrões identitários e subjetivos da lógica capitalística, a qual separa os humanos dos seus parentes. Tal eliminação é constatada nas tabancas da Guiné-Bissau através de desmatamento das florestas para plantar caju, a comercialização das madeiras e demais recursos como forma de concretizar a dita independência financeira.

Concomitante aos avanços do capitalismo na sociedade guineense, é notável a existência de povos singulares. Consoante o registro realizado em 2010, o país contava com

⁹ Dados Mundiais (2023) disponível em: <https://www.dadosmundiais.com/africa/guine-bissau/index.php>

¹⁰ IBAP Instituto de Biodiversidade e Áreas Protegidas é uma organização de direito público dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial criado em 2004, publicado pelo Decreto n° 2/2005, no Boletim Oficial n° 11, responsável pela gestão da biodiversidade da Guiné-Bissau.

1.515.224 pessoas, desse número somente 282.146 residiam na capital Bissau¹¹. Já em 2021 é estimado a 2.038 milhões de habitantes (UNITED NATIONS, 2022). Os dados estimados apresentam discrepâncias em termos da habitação, visto que 55,40% da população total do país vive na zona rural e 44,60% na zona urbana (FAO, 2019)¹².

O capitalismo sustenta-se na subjetivação, nos princípios racionalistas e analíticos que garantem a supremacia do conhecimento e do progresso técnico-científico combatidos pela teoria da diferença. Guattari (1989) salienta que, a substituição de sufixo “*logia*” da palavra *ecologia* para “*ecosofia*” indica uma perspectiva filosófica da diferença para pensar o mundo. Entretanto, os povos originários podem manter as singularidades compatíveis com a filosofia da diferença, a desconcentração das riquezas dos capitais, dando soluções as suas maneiras de viver que envolvem diferentes pequenos agricultores, a vida dos indígenas.

A afirmação das singularidades dos povos originários é considerada resistência ao capitalismo, devendo ser capturada e conformada em resiliência. Portanto, o capitalismo avança cada vez mais nas tabancas, através da apresentação dos projetos do desenvolvimento sustentável, buscando mudar seu modo de vida para adaptá-las à nova realidade compatível com as demandas do mercado (resiliência).

A resistência é a capacidade de criar a ruptura com as ações do desenvolvimento sustentável e do capitalismo neoliberal, através do exercício da diferença e não adaptação às situações adversas, a desvinculação das promessas futuras e a preservação ancestral. Resiliência é significada pela capacidade de “dar volta por cima”, “ser otimista” e conformar-se frente às crises e às situações adversas. Trata-se de uma maneira de lidar com os problemas através da adequação ao mundo globalizado, atendendo às exigências de mercado em consonância com o Estado. A resistência passa a ser neutralizada e ressignificada para reproduzir o capitalismo.

2.1 Discursos oficiais e promessas de desenvolvimento sustentável: governo guineense e projetos de defesa ambiental

A civilização ocidental como a base do mundo artificial¹³ e de exploração, mascarada da missão europeia de humanizar o mundo foi e continua a ser reproduzida em quase toda a

¹¹ Carvalho (2012), dados da estatística dos Países da Língua Oficial Portuguesa. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=157850070&PUBLICACOESmodo=2&xlang=pt

¹² FAO - Fundo das Nações Unidas para Alimentação é um programa criada para apoiar a lutar contra a insuficiência alimentar mundial.

¹³ O mundo artificial é um termo utilizado pelo Krenak para designar o mundo moderno. O mundo em que o ambiente é explorado, transformado e outros modos de vidas moldadas ao padrão europeu.

parte com exceções dos povos originários¹⁴. A passagem para o pós-modernismo associada ao capitalismo pós-industrial traz a mudança da estratégia de exploração.

A referida missão visa neutralizar as culturas originárias, obrigando-as a se submeterem ao modelo de bem-estar medido pelo consumo, bem como a se situarem fora da natureza e intensificarem a sua exploração. Estes propósitos com fachada “sustentável” encontram-se desalinhados com os das culturas, onde reinam ações inseparáveis da natureza. Cabe observar a incongruência do próprio termo *desenvolvimento sustentável*. Ele assinala uma impossibilidade, já que todo o desenvolvimento desarticula o modo de vida e as culturas para submetê-las à exploração e ao lucro, retirando a autonomia de suas práticas e saberes para torná-las dependentes do capital e do mercado.

Com a quebra das fronteiras econômicas nos anos 80 a 90 chamada de globalização, o capitalismo reformulou a estratégia que envolve a gestão de planeta. O governo não é mais no sentido de limite das fronteiras nacionais (Estado Moderno) com regulações sobre a população, mas sim a governamentalidade compartilhada com implicações transterritoriais dirigidas ao desenvolvimento sustentável do planeta. Tudo isto, caracteriza o processo de passagem de *biopolítica* para *ecopolítica* (PASSETTI, 2017). Portanto, a ecopolítica estabelece um realinhamento às novas demandas do capital.

O discurso de sustentabilidade ambiental intensificado pela globalização é considerado por Krenak (2017, p. 11), como “mito inventado pelas corporações para justificar o assalto que fazem à nossa ideia da natureza”.

O discurso de desenvolvimento sustentável e gestão ambiental foi intensificado com a globalização. É possível verificar este alinhamento com objetivos definidos pela Organização das Nações Unidas:

As promessas de desenvolvimento sustentável defendidas pelo sistema das ONU em resposta ao funcionamento do meio ambiente como dispositivo, estabeleceu para sua chamada Agenda 2030, 17 Objetivos, aprovados por 193 países membros em setembro de 2015 (Nova Iorque), entre os quais aponta como objetivos: a pobreza; a fome e agricultura; a saúde; a educação; a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres; saneamento e acesso à água potável; energia; crescimento econômico sustentável, trabalho decente e emprego para todos; a tecnologia e incentivo à inovação; a redução da desigualdade social; as cidades e assentamentos sustentáveis; a produção e consumo “conscientes”; mudanças climáticas; recursos marinhos e oceanos; vida terrestre: biodiversidade, florestas; a promoção da paz e da justiça; implementação de parcerias para o desenvolvimento sustentável (CARNEIRO, 2020, p. 1).

¹⁴ Os povos originários na perspectiva de Krenak (2022) são aqueles que ainda resistem ao capitalismo, mantendo inseparável da natureza, consideram como humanos as florestas, os rios, as montanhas e tudo que se encontra na sua volta. Os povos originários também por ele designado de sub-humano ainda podem ser encontrados na Ásia, na América e na África.

Estes objetivos alastram-se através dos acordos internacionais, cooperações bilaterais e multilaterais, focalizando transformar a natureza em recurso e as comunidades em população (esquadrinhada e disciplinada ao Estado e ao mercado). A Guiné-Bissau, enquanto integrante desta conjuntura global, passa a ser assinante das cooperações e convenções internacionais.

A submissão da natureza e das comunidades guineenses é constatada nas determinações da IV Convenção do Lomé em 1975¹⁵ que sustenta, entre outras medidas, a aprovação do projeto de conservação e utilização racional dos ecossistemas frágeis, em que a criação do PNLC tornou-se alvo do apoio técnico e financeiro da União Europeia. A convenção de Lomé é um acordo comercial entre os países da União Europeia e 79 países da África Caribe e Pacífico designados para coordenar as atividades da referida convenção, garantindo suas adequações às exigências do capitalismo em escala mundial sob forma de cooperação na área de mineração, na pesca, na adequação de mão-de-obra, na promoção industrial e comercial adequadas as demandas do mercado.

Em conformidade com estas iniciativas, entre dezessete (17) objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU, o país adere a alguns, especialmente, aos discursos ligados ao: saneamento e acesso à água potável; energia; crescimento econômico sustentável e a conservação de biodiversidade e florestas. Eles se impõem em Guiné-Bissau, inclusive nas zonas do PNLC.

Os discursos ora apresentados são “*sustentáveis*” de “*insustentáveis*”, como os chama Carneiro (2020). A sustentabilidade é a nova estratégia da ampliação do capitalismo, adequação aos interesses empresariais, acentuando a concentração de riqueza e a devastação do planeta sob o pretexto da cooperação entre países do Norte e do Sul. Passetti (2017) corrobora da mesma maneira afirmando que a sustentabilidade se firma como a verdade mais conectada e alinhada ao progresso humano.

Os discursos de sustentabilidade são alimentados por pessoas que sonham atingir o inatingível progresso. Por isso, a professora Conceição Evaristo, apud Krenak (2022, p. 27), acredita que “é mais fácil assistir o fim do mundo que o fim do capitalismo, porque é alimentado por subjetividades”.

No caso da sociedade guineense, as ações capitalistas são impostas pelo poder estatal através das exigências das mudanças do modo de vida ancestral, o qual baseia-se nos saberes

¹⁵ Conforme site oficial da União Europeia, a Convenção de Lomé, que associa 70 países da África, das Caraíbas e do Pacífico aos 15 Estados-membros da União Europeia), continua a ser acordo coletivo de cooperação mais vasto da história das relações entre países do Norte e países do Sul. Disponível em https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/MEMO_95_10. Acesso em 26 fev 2024.

diferenciais. Portanto, observam-se dois vetores do poder: do macro para o micro (caráter coercitivo e/ou repressivo) e do micro para o macro (caráter produtivo que alimenta o centro do poder através da sujeição ou assujeitamento com a fabricação de indivíduos e/ou investimentos na subjetivação). Eles indicam as ações sustentáveis que investem na subjetividade capitalista e restringem as singularidades étnicas no país.

Nos anos de 1990, o Estado guineense decidiu criar a rede das áreas protegidas continentais, culminando na delimitação das áreas do PNLC, com o objetivo entre outros, salvaguardar as espécies animais, vegetais e habitats ameaçados; proteção da floresta sagrada localizada na zona de Incassol (SOARES, DIALO, *et al.*, 2008, p. 19). Atualmente, estes objetivos são ignorados pelas autoridades do país, passando a ser o maior devastador do tal espaço.

Habitualmente, a área do parque está sob pressão dos projetos da modernização implementados tanto pelo Estado guineense, quanto pela luta para apropriação das terras por parte dos agricultores.

O propósito de construir porto de águas profundas no Rio Grande de Buba, foi aberto um estradão na região sul do PNLC, destruindo parte de uma das zonas de floresta mais bem preservadas do Parque, até então a infraestrutura não foi construída, mas ficaram as consequências da intervenção, nomeadamente com o avanço da desflorestação no local (CATARINO, 2019, p. 9).

Ainda recentemente foi construída uma central termoelétrica dentro do PNLC perto de Buba, bem como linhas de transporte de eletricidade para a instalação das quais foi derrubada uma faixa de vegetação paralela às estradas existentes. Sem questionar a pertinência da construção da infraestrutura ou da tecnologia utilizada, resta a dúvida se a localização dentro do PNLC será a melhor opção, assim como sobre se o impacto da construção das linhas de transporte de energia não poderia ser minorado (Ibidem).

Em entrevista concedida pelo administrador do sector de Buba e o seu antecessor, no dia 13 de agosto de 2023, “a construção de termoelétrica visa promover o desenvolvimento local, garantir o consumo da eletricidade e a conservação dos alimentos”.

O capitalismo se reformula consoante às condições locais criando necessidades de consumo nas tabancas a fim de desarticulá-las. Numa entrevista concedida por um dos funcionários do PNLC, em 12 de agosto de 2023, a ONU, caso de Programa Alimentar Mundial (PAM), por meio das promessas e intervenções seletivas nas comunidades mais habitadas, leva as menos habitadas a serem mais acolhedoras, como forma de beneficiar dos projetos de desenvolvimento comunitário.

A intervenção seletiva da referida organização é uma linha de captura, de neutralização ancestral, e conseqüentemente traz a adequação da ideia do desenvolvimento e transformação dos indígenas em cidadãos.

A sustentabilidade propagada pelo capitalismo em Guiné-Bissau não se limita aos projetos das infraestruturas, mas também incentiva a monocultura de produção agrícola e silenciamento das vozes desalinhadas.

a) Discurso do progresso económico financeiro através da exploração florestal e monocultura de castanha de caju.

Os anos de 1990 assinalam para a Guiné-Bissau o início da globalização, acrescida da monocultura de castanha de caju, devido à política da cooperação de Comissão Económica Europeia (CEE) em tornar maior acolhedor dos produtos provenientes dos países parceiros. As convenções de Yaoundé e de Lomé servem para CEE expandir os seus interesses capitalistas, incentivar a produção e expansão dos produtos de natureza agrícola cobertos pelo Sistema de Estabilização das Receitas de Exportação (STABEX), o reforço da assistência técnico-financeira em áreas como a geologia e a agricultura, o incentivo a investimentos privados e abastecimento dos parceiros ao nível de bens alimentares, conforme indica Faria (2015).

Segundo Catarino et al. (2015) citado por Seca (2020, p. 32), “o cajueiro foi introduzido na Guiné-Bissau pelos portugueses no século XIX e início do século XX, foi usado principalmente em fazendas locais e jardins de casa”. Após alguns séculos da sua introdução, especialmente “a partir de 1990, o país começou a ter visibilidade no mercado internacional como produtor e exportador, exportando 22.000 toneladas de castanha de caju bruta.” Mendes (2010, apud SECA, 2020, p. 33).

A partir desta data, os guineenses foram convencidos (subjativados) sobre o enriquecimento através da produção da castanha de caju, sem perceberem que isto é estratégia do capitalismo. Ironicamente, as pessoas são incentivadas à devastação florestal, à abdicação do cultivo diversificado, à especialização nas produções dos interesses capitalistas e, consequentemente, à incapacidade de aquisição dos outros meios de subsistência.

A consolidação desta ideia resultou num crescente desmatamento florestal, considerado por Seca (2020), como ação acompanhada linearmente com a produção de castanha de caju, contribuindo com 91%, de 2002 até 2012.

b) As estratégias de silenciamento na sociedade guineense

Na sociedade guineense, existem certas restrições e condicionamentos de informações, devido ao controle capitalista das duas áreas sociais do país (educação e imprensa).

Na perspectiva de Té (2023) “manter a sociedade bem informada, de certa forma, é dar voz aos que não são ouvidos”. Partindo deste pressuposto, há de questionar se as vozes das tabancas são divulgadas na sociedade guineense? Podemos falar da sociedade informada no contexto guineense?

A captura da imprensa guineense por parte do Estado e as restrições nas divulgações das vozes são efeitos da dependência econômica e financeira da mídia do país. Por outro lado, tais efeitos são reforçados pelas filiações políticas e partidárias dos alguns jornalistas com as nomeações dos Diretores das maiorias estações emissoras do país pelo governo. Tal fato, condiciona o exercício do jornalismo independente.

A estratégia de silenciamento na sociedade guineense está para além da restrição da liberdade de imprensa, mas também envolve a educação. Conforme os dados de Instituto Nacional de Estatística (INE¹⁶), até 2010, pelo menos em cada cem guineenses, quarenta e seis não sabem ler, nem escrever e, cinquenta e quatro são moldados pela educação europeia. Isto evidencia a promoção de adaptação ao modo de vida capitalista¹⁷.

O referido modelo de educação é diferente daquilo que Krenak (2022, p. 48) considera como “práticas ligadas à *produção* da pessoa”. Em outras palavras, a educação indígena produz as pessoas, propondo uma perspectiva imanente baseada nos saberes ancestrais. Ele traz a ideia de que somos no sentido de não individualizar o ser, escapando do antropocentrismo. Uma ideia ligada ao parentesco com a natureza e ao coletivo, uma comunidade.

c) A violência física como forma de quebrar a resistência

Na Guiné-Bissau, os jornalistas sofrem ameaças, agressões físicas e verbais, censuras e perseguições, até mesmo fazem autocensura como forma de proteger suas integridades físicas ou das suas famílias (TÉ, 2023, p. 8). Dembo Mané¹⁸, numa apresentação sobre ativismo ambiental na Guiné-Bissau, no projeto de extensão da UNILAB Antropoceno e emergência climática: possibilidades desde a Antropologia¹⁹ corrobora da mesma maneira,

¹⁶ Carvalho (2012), dados da estatística dos Países da Língua Oficial Portuguesa. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=157850070&PUBLICACOESmodo=2&xlang=pt

¹⁷ Numa entrevista realizada com quatro jovens de Cufada e Tira camisa em agosto de 2023, todos defendem a necessidade de estudar o contexto social e cultural do país, pois os conteúdos estudados não estão ligados a realidade guineense.

¹⁸ Dembo Mané é um jovem ativista ambiental guineense, que por sua livre vontade dedicou se em defender ambiente guineense assumindo os riscos adversos da vida apresentação disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ncJm8n-ey6s>

¹⁹ O projeto de extensão é coordenado pelas Docentes do Instituto de Humanidades (IH/Unilab): Michelle Cirne e Gisele Gallicchio, com colaboração do Professor e artista Francisco Harley de Oliveira Almeida – pretende

afirmando que “ser ativista ambiental na Guiné-Bissau é sinônimo de ser condenado a pena de morte”, devido às perseguições e agressões físicas por parte do Estado.

De forma resumida, o contraste entre a lógica capitalista e saberes ancestrais na Guiné-Bissau é dado não só através do discurso do progresso e desenvolvimento sustentável, como também o uso das sucessivas violências por parte dos seus promotores (Estado). As ideias desalinhadas com o dito progresso das cidades e das tabancas são consideradas de perturbadoras do desenvolvimento, por isso, devem ser silenciadas ou eliminadas.

2.2 Implicações e efeitos da globalização na Guiné-Bissau e nas zonas do (PNLC)

O espaço reconhecido atualmente como de maior concentração da água doce na Guiné-Bissau e sub-região contrasta com os relatos sobre sua formação. Eles indicam que as Lagoas de Cufada não alagavam, mesmo na época chuvosa.

Lagoas de Cufada pertencem a uma família da etnia beafada que atravessava o tal espaço e sentia a necessidade de beber. Entretanto, tentou abrir uma cova a mão, mas não saiu água de imediato, assim seguiu a viagem a uma aldeia próxima denominada Ndjassan, só o grupo a seguir encontrou a água naquela cova. Assim, a cova aberta a mão transformou numa lagoa²⁰.

Baseando na breve apresentação do surgimento das lagoas, salienta-se que, atual designação é um termo moderno. Conforme explica o nosso entrevistado, “etimologicamente, Cufada vem duma palavra da língua Beafada “*Gubada*”, que significa o sítio de onde sai água. Devido à dificuldade da pronúncia pelos estrangeiros, sobretudo, os europeus e outras etnias, passou-se a designar *Cufada*”.

O PNLC foi oficialmente criado através do Decreto-lei nº 12/2000 em dezembro do ano 2000, com a superfície total estimada em 89 000 ha (890 km²) (SOARES, DIALO, *et al.*, 2008, p. 14). Segundo Catarino (2019, p. 22), as citadas lagoas são constituídas por ***lagoas de Cufada, Bedasse e Bionra***.²¹ Elas se situam em Buba na região Noroeste, que faz parte da bacia hidrográfica do Rio Corubal e é caracterizada pela predominância de terras baixas, com altitude máxima de 27 metros. É reconhecido como sítio RAMSAR pela convenção da zona úmida-Irão em 1991, por albergar aproximadamente mais de 1% da população mundial do pelicano branco, além da fauna bastante diversificada com mais de trezentas e quinze espécies de aves, diferentes mamíferos e répteis (TCHANTCHALAM, 2019, p. 10).

reunir áreas disciplinares e conhecimentos diversos para fomentar as informações e os debates necessários sobre a emergência climática na comunidade em geral. Disponível em: <https://www.youtube.com/@antropocenoec>.

²⁰ Entrevistada realizada no dia 12 de agosto de 2023 com um dos funcionários do PNLC.

²¹ Soares et al Plano de Gestão do Parque Natural das Lagoas de Cufada 2022 – 2031. Disponível em: https://ibapgbissau.org/wp-content/uploads/2023/03/Plano-Gestao-PNLC_2022-2031_Versao-FINAL_Maio2022.pdf

No que se concerne à ocupação das pessoas, registam-se os seguintes grupos étnicos: Beafadas (30.8%), Balantas (19.65%), Mandinga (17.4%), Fulas e Manjacos representam, cada uma (3.6%) e Papel (2.6%). A presença de outras etnias, como Bijagós e Mancanhas, é insignificante (SOARES, DIALO, *et al.*, 2008, p. 40).

Os projetos do desenvolvimento sustentável, anteriormente citados, e outras ações humanas nas zonas de Cufada, provocam impactos culturais, sociais e ambientais. Um dos funcionários de IBAP numa entrevistada realizada no dia 12 de agosto de 2023 afirma que a construção de termoelétrica impacta a comunidade e o país nas três perspetivas: o desmatamento florestal, a perda dos recursos financeiros por parte da autoridade e a quantidade das sucatas deixadas pela empresa com futuras consequências às Lagoas de Cufada.

A ineficácia de tal projeto é confirmada pelo administrador do setor de Buba, no seu depoimento, salienta que “o projeto da termoelétrica foi inviável devido ao alto consumo de combustível”. Noutra perspetiva, o seu antecessor corrobora da mesma maneira, destacando que “a central funcionou três meses numa fase experimental, mas nunca foi feita a entrega oficial por parte da empresa responsável pela obra”.

Lamentavelmente, passado quatro anos a população ainda continua a sonhar com o dito desenvolvimento. Estes sonhos são transmitidos pelos anciões entrevistados ao considerarem que a construção de termoelétrica nos arredores do PNLC só apresenta vantagens e estas serão comprovadas quando entrar em funcionamento. Com este posicionamento, percebe-se que os anciões entrevistados perderam a potência de enfrentar o capitalismo, embora os jovens entrevistados continuam preservando os valores ancestrais. A preservação dos valores ancestrais pelos jovens é baseada no convívio coletivo desta camada, a organização dos trabalhos em grupo, as danças e cânticos que ressignificam as culturas originárias.

O termoelétrico, ora construído nos arredores do parque, não apresentou perspetiva do lucro. Apenas produziu efeitos subjetivantes na população, especialmente, a necessidade do progresso e de energia na promessa do futuro que assujeita as comunidades através de uma ilusão projetada pelo capital.

Consoante às expectativas da comunidade local, sabe-se que a modernidade neutraliza a resistência dos anciões entrevistados, afastando-os das suas culturas e da natureza. Conforme os depoimentos dos anciões entrevistados:

os balantas, os fulas e outros grupos étnicos residem numa forma misturados, pelo que não conseguem organizar as danças culturais e cânticos como forma de

demarcação das suas culturas. O grupo majoritário (Beafadas) é o único que reproduz a sua cultura, caso de *Lonia, Tchimpo ou Chimpo*²².

Perante esta situação, a diversidade cultural e de espécies nas zonas de Lagoas de Cufada tornam-se mais fragilizadas e menos resistentes. Conforme Gonçalves (2006, p. 72), a diversidade de genética no seio de um ecossistema aumenta a sua capacidade de resistência às perturbações, enquanto homogeneidade é menos resistente.

A emergência ambiental na Guiné-Bissau é provocada pela separação do homem guineense da natureza, considerando-a objeto de exploração e transformação, tal fato justifica a desvinculação com a ancestralidade. A desvalorização dos ancestrais vem merecendo a preocupação dos indígenas.

Sempre estamos perto da água, mas aprendemos muito pouco com a fala dos rios. Eles passam a ser considerados como potencial energético para construção de barragens ou como volume de água a ser usado na agricultura. Esta visão reduzida dos rios é potencializada pelas cidades, principalmente as grandes, que espalham por cima dos corpos dos rios de maneira tão irreverente a ponto de não termos quase mais nenhum respeito por eles (KRENAK, 2022, p. 8).

A desvinculação dos guienenses dos seus ancestrais provoca crescimento de desmatamento florestal, incêndios descontrolados, migrações internas das pessoas à procura do progresso e da independência financeira. Este fenômeno teria aumentado a disputa pela apropriação das terras, as vendas das florestas e conflitos com agentes fiscalizadores do Parque Natural das Lagoas de Cufada.

Consoante depoimento dos anciões entrevistados, três vieram das outras zonas do país em busca de melhores condições de vida, sendo suas principais atividades econômicas são: “plantação de caju, cultivo de feijão, amendoim, inhame, mandioca, extração de óleo de palma e pesca”.

As atividades apresentadas estão além da garantia dos meios de subsistência, mas, sim, para obtenção dos benefícios individuais. A recorrência desta prática no interior do Parque, conforme explica o pessoal do IBAP de Buba tem aumentado os desafios de combate à devastação e venda da floresta, sobretudo as tabancas predominantes das pessoas imigradas, especialmente, a comunidade de Madina Hathe e Tira Camisa.

A estratégia de sujeição à lógica capitalística investe, primeiramente, nos anciões e lideranças, uma vez que eles são os portadores dos saberes ancestrais. Desarticulá-los de sua

²² Chimpo é um tipo de monstro coberto de palhas e ao dançar pode aumentar excessivamente da altura e repente pode baixar a altura muito pequena. Na verdade, as pessoas comuns não sabem como é feito o monstro, qualquer tentativa de arreganhar tais palhas para tentar ver o seu tronco, levam as consequências graves. Em todos os beafadas, só três clãs que vestem o chimpo: Malobai, Massan e Mawai. A lonea e chimpo são as danças realizadas nos rituais beafadas.

função coletiva e comunitária, que são substituídas por ambições individuais, leva à diluição da força do grupo étnico, de suas crenças e aposta na conduta exemplar, ou seja, na sua conversão em cidadão moderno.

A sufocação da natureza por meio da implementação do modo de vida artificial após o surgimento da nova civilização, cria desafios de sobrevivência, considerados por alguns autores como resposta por parte da natureza fraturada. Na opinião de Krenak (2020, p. 5), o vírus de Covid 19 está discriminando a humanidade, uma vez que não mata os pássaros, ursos, nenhum outro ser, apenas humanos. Quem está em pânico são os povos humanos e seu mundo artificial, seu modo de funcionamento que entrou em crise, mas a natureza segue.

Os tecnocratas dos aparelhos do Estado nos guiam cegamente pelos princípios da economia do lucro. Certamente seria absurdo querer voltar atrás para tentar reconstituir as antigas maneiras de viver. Jamais o trabalho humano ou o hábitat voltarão a ser o que eram há poucas décadas, depois das revoluções informáticas [...] (GUATTARI, 1989, p. 24).

Ambos sinalizam que a ideia de restauração do meio ambiente através do conhecimento técnico-científico é uma falácia, já que tal conhecimento produz os desastres atrelados ao desenvolvimento e ao lucro. Com isso, anunciam o fracasso da sustentabilidade.

3 SABERES DAS TABANCAS: AS VOZES DE GUBADA

Os saberes das tabancas estão presentes nos povos originários, cujas bases do conhecimento são a afetividade ancestral e a construção da pessoa, diferentemente da ciência que molda.

A civilização europeia coloca em extinção os saberes das tabancas devido à separação do homem de sua ancestralidade. Para o Gonçalves (2006, pp. 28-35), “o capitalismo separa o homem-natureza (cultura-natureza, história-natureza). A ideia de uma natureza objetiva e exterior ao homem, o que pressupõe uma ideia de homem não-natural e fora da natureza”.

A pressão do capitalismo ao mundo, sobretudo em silenciar as singularidades é considerada por Krenak (2022, p. 21) como “separador do corpo em comunhão com a folha, com o líquen com a água, com o vento, com o fogo, com tudo que ativa nossa potência transcendente e que suplanta a mediocridade a que o humano tem se reduzido”.

A preservação do Parque Natural das Lagoas de Cufada depende, principalmente, da afetividade ancestral ou a preservação das singularidades como forma de romper com os padrões capitalistas.

3.1 Saberes e práticas: modos de vida (diferentes e não atrasados)

A concretização dos objetivos do capitalismo começou com a inferiorização dos saberes que não baseiam nas ciências, considerando-os de tradicionais (atrasados). O racionalismo limita a verdade ao conhecimento e às comprovações científicas. Diante disso, reconhece-se a proliferação do capitalismo ao resto do mundo sem problematizar os efeitos do progresso técnico-científico que destroem a vida em nome do desenvolvimento e do lucro. Assim, o que é caracterizado como atrasado pela lógica capitalista é considerado a vida pelos saberes ancestrais.

Os povos originários preservam as suas singularidades, mantendo as relações sadias com a terra em que nasceram ou se estabeleceram para fazer a vida. As afetividades com a terra são fatores que diferenciam o “indígena” do “cidadão moldado²³”.

Segundo Krenak (2020, p. 6), “os únicos núcleos que ainda se mantêm agarrados nessa Terra, são a sub-humanidade: caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes.” Tais núcleos inseparáveis da natureza são indígenas cujo próprio nome os mantém ligados a terra.

Indígena é uma palavra muito antiga, que significa “gerado dentro da terra em que vive”. Portanto, ser indígena é ter como referência primordial a relação com a terra em que nasceu, onde se estabeleceu para fazer sua vida, seja ela uma aldeia na floresta, um vilarejo no sertão, uma comunidade de beira-rio ou uma favela nas periferias metropolitanas. É ser parte de uma comunidade ligada a um lugar específico, ou seja, é integrar um “povo” (CASTRO, 2016, p. 3).

Os povos “originários”, conforme os chama Krenak, resistem à extinção e preservam as suas singularidades “(...) resistem não só à extinção física, mas também cultural. Cada vez mais, afirmam a sua singularidade, a sua diferença, enfim, a sua cultura.” (GONÇALVES, 2006, p. 19).

A afirmação das singularidades é uma prática comum nos povos originários. Ela é alimentada pela ancestralidade para perseverar. Conforme diz o Krenak (2022, p. 9), “numa noite silenciosa o povo Krenak conversa com o rio Watu e agradece o pela comida e água maravilhosa”. João Paulo Tukano (2018) enaltece a vantagem do diálogo com os ancestrais, reconhecendo que “os grandes problemas que temos provêm do desrespeito ao espaço dos seres da natureza, o que requer diálogo com eles e aprender a pedir licença para utilizar o espaço onde eles habitam”.

À semelhança dos líderes indígenas, a família com os laços de pertença às Lagoas de Cufada comunica com o referido ancestral, pedindo a autorização para pesca e caça. Soares, et al. (2008, 40-41) identificam duas maneiras diferenciais e complementares de proteção da

²³ Conforme Castro (2016), ser cidadão é ser parte de uma população controlada (ao mesmo tempo “defendida” e atacada) por um Estado. O cidadão olha para cima, para o Espírito encarnado sob a forma de um Estado transcendente; ele recebe seus direitos do alto. O indígena olha para baixo, para a Terra a que é imanente; ele tira sua força do chão.

natureza nas Lagoas de Cufada: uma, baseada no poder dos chefes “tradicionais” ou nas famílias do “dono do mato sagrado ou da lagoa”²⁴, que são verdadeiros intercessores do meio ambiente; outra, presente na crença no “*irã*”, cuja permissão através das cerimônias de “*ronea*” ou de doações e sacrifícios é indispensável para ter acesso ao uso da coisa-recurso. *Irã* ou serpente é o ser invisível ou da natureza considerado como dono das Lagoas. A comunicação com *irã* é feita através da cerimônia do sacrifício da galinha ou porco acompanhado de vinho nas margens das Lagoas pela família com laços de pertença ao referido ancestral.

Soares, et al. (2008), ao apresentarem os depoimentos das populações representativas da área do PNLC demonstram que estas duas formas de proteção da natureza traduzem em seguintes domínios:

a) no domínio das florestas, da caça e da vegetação em geral, pelo facto de que a desmatção ou a utilização dos produtos das florestas sagradas não se fazem sem uma “autorização preliminar”. Essa autorização é dada mediante a realização de cerimônias, onde se sacrificam os animais ou entregam-se bebidas ao dono do mato. A caça, por exemplo, dos hipopótamos e o número de cabeças a abater deve ser precedida de cerimônias sem as quais as consequências podem ser mortais para o caçador;

b) no domínio das pescas, pela fixação do período e do número de vezes em que a pesca terá lugar. Para o efeito as populações das diferentes tabancas limítrofes ou distantes das lagoas são convidadas para participarem na pesca, geralmente, precedida de uma cerimônia.

Em consonância com os resultados das outras pesquisas, os nossos entrevistados confirmam que, após o dia definido para realização da atividade da pesca, qualquer pessoa ou grupinho das pessoas que voltarem a pescar no dia seguinte desaparece nas Lagoas.

As ações de afetividades e comunicação com lagoas foram por muitos anos, sendo “comprovadas em meados dos anos 90, quando as lagoas secaram, provocando a morte de quase todos os seres aquáticos que lá viviam”²⁵. As principais características das Lagoas de Cufada modificam ano pós ano, principalmente, as suas larguras que tendem a reduzir cada vez mais. Tal fenômeno é explicado de maneira oposta entre os saberes das tabancas e a ciência.

²⁴ O termo dono do mato, refere-se ao sentido de pertencimento e de relação, se trata de um ancestral que preserva as áreas das lagoas de Cufada. Assim, a comunicação e o respeito às suas orientações são facilitados pelas famílias que têm relação de pertencimento com as Lagoas.

²⁵ Um dos funcionários do parque, a entrevista concedida no dia 12 de agosto de 2023.

Conforme um dos nossos entrevistados, existem estudos científicos que atribuem tal redução à erosão, devido aumento da pressão sobre a floresta. Numa visão diferente, os saberes das tabancas justificam-na como resultado do pedido feito ao dono das Lagoas em resposta à ofensa do Estado guineense. O pedido da redução do volume de água das Lagoas de Cubada é feita através da cerimônia anteriormente referida junto deste ancestral. Tal cerimônia de comunicação ancestral é feita exclusivamente pela família com laços de pertencimento a Lagoas.

O posicionamento dos saberes das tabancas sobre a redução do volume de água nas Lagoas de Cufada é de interromper os interesses capitalistas e estatais que utilizam a Lagoa como recurso econômico, desconsiderando seu traço ancestral. Incompatibilidade da ancestralidade com a sustentabilidade, a qual considera a natureza apenas um recurso a ser explorado.

Em suma, apesar de muitas modificações culturais provocadas pelos projetos de desenvolvimento sustentável, traduzindo uma fragilidade do ecossistema nas áreas do parque, ainda existem grupos agarrados à terra, garantindo a preservação das suas culturas e ancestralidade, das quais as lagoas são integrantes (parentes).

3.2 Possibilidade de resistência e de preservação de vida

Os povos originários, desde sempre, resistem ao capitalismo e preservam os seus modos de viver que são singulares, porque não se enquadram nos padrões determinados pela subjetividade capitalística, nem se interessam pela monetarização da vida, da terra, da natureza. Nesta senda, a morte do Capitão Nuno Tristão em Guiné-Bissau é sinal da resistência cultural e contra interesses alheios dos europeus. Cegamente algumas pessoas foram obrigadas a abdicar das suas culturas para serem batizadas como assimiladas e civilizadas, tornando-se, neste caso, os promotores da cultura que massacra os nossos parentes.

O capitalismo se autoconsidera como hegemônico e modelo universal. Todas culturas desalinhas são apontadas como “tradicionalistas”. A desarticulação da estrutura ou do mito do progresso instaurado pelo capitalismo passa pela promoção das cartografias. Krenak (2022, p. 23) acredita que a forma de desmentir o discurso hegemônico do capitalismo é “evocar os mundos das cartografias afetivas como forma de experiência singular.” Em outras palavras, o capitalismo através das ciências cria uma estrutura, um modelo padrão que deve ser obedecido em toda a parte, ignorando demais saberes, conhecimentos ancestrais e relações.

Assim, as cartografias rompem com tais padrões e promovem as outras maneiras de viver, sobretudo, a aproximação ancestral.

Portanto, o uso da cartografia possibilita enfrentar todos os setores que alimentam o capitalismo. Conforme o depoimento dos jovens entrevistados, os conteúdos estudados não expressam as suas realidades, pelo que requerem a reformulação das programações e conteúdos escolares voltando-os as suas sociedades.

A reformulação dos conteúdos escolares na Guiné-Bissau por si só, não é suficiente para resistir ao capitalismo. Por isso, os saberes das tabancas devem ser fortalecidos e inseridos nos conteúdos escolares, já que a educação indígena promove afetos e relações com parentes.

Conforme salienta o Krenak (2022, p. 58), “as crianças indígenas não são educadas, mas sim orientadas. Não aprendem a ser vencedoras, pois para uns vencerem outros precisam perder. Aprendem a partilhar o lugar onde vivem e o que têm para comer”.

O modo de vida ancestral presente nas zonas reservadas das Lagoas de Cufada têm traços comuns a outros povos originários. Conforme venha indicando Krenak (2022, p. 21), “os orixás, assim como os ancestrais indígenas e de outras tradições, instituíram mundos onde se pode experimentar a vida, cantar e dançar, mas a vontade do capital é empobrecer a existência”. Portanto, a possibilidade de resistência ao capitalismo, nas zonas do Parque, passa pela promoção das singularidades, a preservação e estudos das línguas, das vozes humanas e não humanas do ambiente como forma de reposição da afetividade humana com a natureza.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contraste entre os saberes das tabancas e a modernidade começou desde a expansão da missão de civilizar (“esclarecer”) o mundo, através do qual os cientistas e tecnocratas definem os padrões e modos de vidas. As práticas diferentes são consideradas tradicionais, atrasadas e devem ser eliminadas. Assim, o eixo determinante entre dois modos de vida centraliza-se no processo de moldar as culturas diferentes ao padrão europeu, fundamentado no sujeito que conhece através da razão, capaz de explorar a natureza em seu benefício. Numa perspectiva diferente, os povos originários preservam as suas maneiras de existir, suas singularidades através das relações de afetividades com a natureza.

O capitalismo adapta as estratégias para se sustentar por meio dos discursos fachadas de bem-estar social e conservação ambiental. Portanto, a gestão ambiental, enquanto um dos objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, é adequação aos interesses empresariais

em continuar a explorar a natureza e aumentar os seus capitais. A Guiné-Bissau, apesar de ser país em que a maioria da população vive nas zonas rurais, é ameaçada pelas novas estratégias do capitalismo, que atinge as suas comunidades mais profundas, especialmente o Parque Natural das Lagoas de Cufada. Estas zonas do ancestral fundamental para o país e sub-região são atingidas pelos projetos de infraestruturização, especialmente, a construção do porto das águas profundas do rio Buba, a usina termoelétrica e demais promessas de desenvolvimento sustentável. Tal fato, fragilizou as preservações e a resistência do referido ecossistema.

Os discursos capitalistas na Cufada inspiram os habitantes ao progresso econômico e financeiro, à ilusão do bem-estar social disparada pelo consumo, tornando algumas comunidades mais resilientes que resistentes. A desarticulação de modo de vida nestas comunidades, desvinculam-nas com as práticas que as mantêm ligadas às ancestralidades, cânticos, danças e educação indígena. Portanto, a possibilidade de ruptura com os padrões capitalistas e afirmação das singularidades passam pela utilização das cartografias que mapeiam os domínios capitalistas. Cartografias demarcadas pelos saberes das tabancas.

REFERÊNCIAS

- BAUDRILLARD, Jean. **Modernite in:** Biennale de Paris. La modernité ou l'esprit du temps. Paris: L'Esquerre, 1982.
- CARNEIRO, Scigliano, Beatriz. **O Sustento do (In) Sustentável:** os objetivos do desenvolvimento sustentável. **Anpuh**, 2020. 1-9.
- CARVALHO, Caitano, Alda. **Estatística da CPLP.** Lisboa. 2012. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=157850070&PUBLICACOESmodo=2&xlang=pt
- CASTRO, Viveiro, Eduardo. **Os Involuntários da Pátria.** Abril Indígena. Rio de Janeiro: [s.n.]. 2016.
- CATARINO, Luís. **Parque Natural das Lagoas de Cufada Guiné-Bissau. Desafios ameaças e perspetivas**, 2019. 17-30.
- CAVALCANTE, Berenice. **A Revolução Francesa e a Modernidade.** São Paulo: Contexto, 1990.
- DADOS Mundiais (2023) Disponível em: <https://www.dadosmundiais.com/africa/guine-bissau/index.php>
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs Capitalismo e Esquizofrenia.** Tradução de Aurélio Guerra Neto e Celia Costa Pinto. 1. ed. São Paulo: 34 Ltda, 1995.

FARIA, Raquel. As convenções de Yaoundé e de Lomé como Primeiros Acordos de Cooperação entre Os Continentes Europeu e Africano. **Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina.**, Lisboa, p. 1-27, 2015.

FAO, United, Nations. [S.l.]. 2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro. Graal, 1979.

GALLICCHIO, Gisele. A Violência e a Moral Moderna. **Ainea**, Campinas, v. 2, p. 219-228, 2012.

GONÇALVES, Porto, Walter, Carlos. **Os (Des)Caminhos de Meio Ambiente.** 14. ed. São paulo. Brasil: Contexto (Editora Pinsky Ltda.), 2006.

GUATTARI, Félix. **As Três Ecologias.** Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt. 11. ed. Campinas. Brasil: Papirus, 1989.

IBAP. **Mudanças Climáticas Impatos e Desafios para Conservação e Desenvolvimento Durável na Guiné-Bissau.** Comemoração do aniversário do IBAP. Universidade Católica da Guiné-Bissau : [s.n.]. 2019. p. 1-15.

KRENAK, Ailton. **Futuro Ancestral.** Brasil: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para Adiar o Fim de Mundo.** [S.l.]: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **Amanhã Não Está à Venda.** São Paulo. Brasil: Companhia das Letras, 2020.

MANÉ, Dembo. **Ativismo ambiental na Guiné-Bissau.** Projeto de Extensão Antropoceno.

UNILAB/CEÁRA: UNILAB. 2023. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=ncJm8n-ey6s> Acesso no dia 27 de dezembro de 2023.

PASSETTI, Edson. Micropolítica como Tecnologia Governamental. **Ecopolítica**, São-Paulo, p. 59-73, 19 set. 2017.

SECA, Ismail, Abdulai. **A Expansão do Cultivo do Caju e Seus Impactos.** Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2020. Disponível em: Disponível em:

https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/7904/12/Disserta%C3%A7%C3%A3o_AbdulaiSeca_PPGCASA.pdf. Acesso em: 29 set. 2023.

SOARES, Julío. et al. **Plano de Gestão Parque Natural das Lagoas de Cufada Guiné-Bissau 2008-2018.** Bissau. 2008.

TCHANTCHALAM, Quintino. **Instituto da Biodiversidade e das Areas Protegidas.** Conferência sobre mudanças climáticas na Guiné-Bissau. Universidade Católica da Guiné-Bissau: IBAP. 2019. p. 1-23.

TÉ, Amata. **Democracia e Liberdade de Imprensa na Guiné-Bissau (2014-2022).** Acarape-Ceará/Brasil: UNILAB, 2023.

TUKANO, Paulo, João. A Relação entre Indivíduo e Seres da Floresta na Medicina Bahserikowí'i, 21 jun. 2018.

UNITED NATIONS, Department of Economic and Social Affairs. **Demographic indicators by region, subregion and country, annually for 1950-2100**. Estados Unidos da América. 2022.